

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	26
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	28
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.064
Preferenciais	113
Total	5.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	264.016	266.614
1.01	Ativo Circulante	27.679	29.129
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.348	14.265
1.01.03	Contas a Receber	2.827	9.757
1.01.03.01	Clientes	2.827	9.757
1.01.04	Estoques	620	685
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.427	4.118
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.427	4.118
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.176	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	281	304
1.02	Ativo Não Circulante	236.337	237.485
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	586	720
1.02.01.03	Contas a Receber	521	720
1.02.01.03.01	Clientes	521	720
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	65	0
1.02.03	Imobilizado	233.954	234.963
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	228.685	230.556
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.269	4.407
1.02.04	Intangível	1.797	1.802
1.02.04.01	Intangíveis	1.797	1.802

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	264.016	266.614
2.01	Passivo Circulante	56.388	45.171
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.953	7.520
2.01.02	Fornecedores	12.877	9.603
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.615	4.627
2.01.05	Outras Obrigações	27.943	23.421
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.662	1.636
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.662	1.636
2.01.05.02	Outros	26.281	21.785
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	16.290	16.351
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	4.041	379
2.01.05.02.07	Recursos federais - obras PAC	5.337	4.449
2.01.05.02.08	Outros	613	606
2.02	Passivo Não Circulante	168.797	167.428
2.02.02	Outras Obrigações	68.838	68.251
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.162	4.551
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.162	4.551
2.02.02.02	Outros	64.676	63.700
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	64.676	63.700
2.02.03	Tributos Diferidos	6.371	6.448
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.371	6.448
2.02.04	Provisões	70.521	69.543
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	70.521	69.543
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	8.399	8.399
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.487	3.487
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	58.635	57.657
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	23.067	23.186
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	23.067	23.186
2.03	Patrimônio Líquido	38.831	54.015
2.03.01	Capital Social Realizado	149.199	149.199
2.03.02	Reservas de Capital	6.001	6.001
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	6.001	6.001
2.03.03	Reservas de Reavaliação	120.039	120.283
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-236.408	-221.468

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.926	35.517
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-10.377	-19.813
3.03	Resultado Bruto	7.549	15.704
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.393	-29.940
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.031	-30.309
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	638	369
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-13.844	-14.236
3.06	Resultado Financeiro	-1.418	-391
3.06.01	Receitas Financeiras	767	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.185	-391
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.262	-14.627
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.262	-14.627
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.262	-14.627
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-2,91702	-2,82451
3.99.01.02	PNA	-2,94702	-2,82451
3.99.01.03	PNB	-2,94702	-2,82451
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-2,94702	-2,82451
3.99.02.02	PNA	-2,94702	-2,82451
3.99.02.03	PNB	-2,94702	-2,82451

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.262	-14.627
4.02	Outros Resultados Abrangentes	244	245
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.018	-14.382

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.953	-10.801
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.608	-14.344
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.561	3.543
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-870	-689
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.083	-11.490
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.265	31.177
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.348	19.687

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	149.199	6.001	0	-221.468	120.283	54.015
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.199	6.001	0	-221.468	120.283	54.015
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.262	0	-15.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.262	0	-15.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	322	-244	78
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	322	-322	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	78	78
5.07	Saldos Finais	149.199	6.001	0	-236.408	120.039	38.831

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	149.199	1	0	-154.324	121.262	116.138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	149.199	1	0	-154.324	121.262	116.138
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.627	0	-14.627
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.627	0	-14.627
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	322	-245	77
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	322	-322	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	77	0
5.07	Saldos Finais	149.199	1	0	-168.629	121.017	101.588

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	19.307	39.325
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	18.867	38.922
7.01.02	Outras Receitas	687	147
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-247	256
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.390	-24.205
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.390	-24.205
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.917	15.120
7.04	Retenções	-1.784	-1.865
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.784	-1.865
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.133	13.255
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	767	1.627
7.06.02	Receitas Financeiras	767	1.627
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.900	14.882
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.900	14.882
7.08.01	Pessoal	13.480	20.487
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.529	6.930
7.08.02.01	Federais	3.273	6.690
7.08.02.03	Municipais	2.256	240
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	153	2.092
7.08.03.02	Aluguéis	153	2.092
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.262	-14.627
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.262	-14.627

Comentário do Desempenho



SÃO PAULO TURISMO S/A
CNPJ: 62.002.886/0001-60
NIRE: 353.00015967

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

Condições financeiras e patrimoniais gerais

Principais índices da situação financeira:

	31/03/2017	31/12/2016
Índice de liquidez corrente	0,50	0,65
Índice de liquidez geral	0,12	0,14
Índice de endividamento geral	79	82

Assuntos relevantes:

Desestatização

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias divulgou em seu site licitação na modalidade pregão eletrônico N° 009/SMDP/2017, Processo 6071.2017/0000140-3, para realização em 27/07/2017, com critério de julgamento de menor preço, a contratação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda dos ativos mobiliários detidos pelo Município, correspondentes à totalidade das ações representativas do capital social da SÃO PAULO TURISMO S/A.

Em razão dos pedidos de esclarecimentos apresentados no curso deste procedimento licitatório, e dos esclarecimentos solicitados no bojo do Processo TC N° 72.005.866/17-65, foi alterado o início da sessão pública de licitação para 20 de agosto de 2017, conforme publicado na página da Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, no link “SP Turis”, “Edital”.

Investimentos em infraestrutura

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso n° 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000 mil. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/03/2017 o montante de R\$ 5.337 mil, sendo aplicados R\$ 5.269 em obras em andamento. A vigência do termo é até 01/08/2017 com possibilidade de prorrogação.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. autorizou a conclusão, em 14 de agosto de 2017, da elaboração das demonstrações contábeis para o período findo em 31 de março de 2017. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários. Estão apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R3).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Principais práticas contábeis

Notas Explicativas

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)



As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2016.

a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).

b) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os períodos fiscais deste primeiro trimestre de 2017 e do ano de 2016, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

e) Contas a receber de clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

Notas Explicativas

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)



- f) Almoxarifado - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- g) Imobilizado - O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 9.

- h) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R1);
- i) Adiantamentos de Clientes – A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos.
- j) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis;
- k) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- l) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25)
- m) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Notas Explicativas
SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017
 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)



	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	35	43
Bancos	210	357
Aplicações financeiras	<u>16.103</u>	<u>13.865</u>
	<u>16.348</u>	<u>14.265</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são representadas basicamente por fundo de renda fixa junto à instituição financeira de primeira linha.

6. Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes no País	7.469	7.924
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	3.132	9.360
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(7.774)</u>	<u>(7.527)</u>
	<u>2.827</u>	<u>9.757</u>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias.

Notas Explicativas
SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017
 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)



O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber (curto prazo) por tempo decorrido do vencimento:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	2.696	6.390
Vencidos até 30 dias	967	852
Vencidos de 31 a 60 dias	262	316
Vencidos de 61 a 90 dias	378	926
Vencidos de 91 a 120 dias	113	1.103
Vencidos acima de 120 dias	8.004	10.180
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.774)	(7.527)
Adiantamento de clientes / cessões a realizar	(1.819)	(2.483)
	<u>2.827</u>	<u>9.757</u>

7. Tributos a recuperar

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
COFINS a compensar	10	10
PIS a compensar	43	43
IRPJ a compensar	2.985	2.788
CSLL a compensar	314	410
INSS a compensar	75	867
	<u>3.427</u>	<u>4.118</u>

O IRPJ a compensar refere-se ao imposto retido sobre as receitas de prestação de serviços e sobre aplicações financeiras durante o ano-calendário de 2016 e o primeiro trimestre de 2017..

8. Outros valores a receber

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos de empregados	254	237
Créditos de fornecedores	27	67
	<u>281</u>	<u>304</u>

Notas Explicativas
SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017
 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)



9. Imobilizado

	Taxas anuais Depreciação	Custo Atualizado	Depreciação Acumulada	Líquido 31/03/2017	Líquido 31/12/2016
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	120.052	(33.572)	86.480	87.538
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(1.822)	2.466	2.510
Estacionamento	3,45%	11.436	(3.259)	8.177	8.309
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.009	(1.268)	1.741	1.772
Instalações	10%	12.891	(6.304)	6.587	6.914
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.597	(5.255)	1.342	1.525
Veículos	20%	1.205	(970)	235	265
Móveis e utensílios	10%	6.088	(5.580)	508	572
Outros ativos fixos	20% e 10%	699	(673)	26	28
Construções em andamento	-	5.269	-	5.269	4.407
		292.657	(58.703)	233.954	234.963

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	234.963	237.367
<i>Adições</i>		
Estacionamentos	-	522
Instalações, máquinas e equipamentos	7	5
Móveis e utensílios	-	23
Construções em andamento	862	4.390
Total das adições	869	4.940
Depreciações	(1.878)	(7.344)
Saldos no fim do período	233.954	234.963

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Notas Explicativas
SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017



(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

10. Obrigações Trabalhistas

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Obrigações com pessoal	133	3
FGTS	210	368
INSS empresa	941	904
INSS retido	194	191
Provisão de férias	4.349	5.271
Provisão de 13º Salário	809	
IRRF	317	783
	<u>6.953</u>	<u>7.520</u>

11. Empresas municipais – Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S/A um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 5.790 mil, sendo R\$ 1.628 mil no curto prazo e R\$ 4.162 mil no longo prazo.

12. Obrigações tributárias

Notas Explicativas
SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017



(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	4.514	164
Parcelamento IPTU/ISS	3.813	3.729
Receita Federal:		
. Cofins a recolher	9	38
. Pis a recolher	1	8
. Impostos retidos	278	688
	8.615	4.627
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	64.676	63.701
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	6.371	6.447
	71.047	70.148
Total circulante e não circulante	79.662	74.775

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. No primeiro trimestre de 2017 e no primeiro trimestre de 2016 foram pagos R\$ 961 e R\$ 876 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 129 parcelas e o saldo devedor em 31/03/2017 era de R\$ 68.490.

13. Recursos municipais – Eventos

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fórmula 1	1.163	-
Repasse para Escolas de Samba	2.878	379
	4.041	379

14. Adiantamentos de clientes

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Pavilhão de Exposições	6.983	7.745
Palácio das Convenções	2.707	5.275
Pólo Cultural	403	1.273
Auditório Elis Regina	312	741
Adiantamentos de clientes	5.885	1.317
	16.290	16.351

15. Provisões para contingências

Notas Explicativas
SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017
 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31/03/2017 a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	31/03/2017		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldo no início do exercício	57.657	3.487	8.399
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	978	-	-
Saldos no final do exercício	58.635	3.487	8.399

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997, no montante estimado de R\$ 58.162 mil, passou a ser avaliado integralmente, desde 31/12/2016, de possível para provável perda.

Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ações Trabalhistas (*)	789	789
Ações Cíveis (**)	11.584	11.584
	<u>12.373</u>	<u>12.373</u>

(*) Para possíveis perdas trabalhistas, os assessores jurídicos da Companhia informaram que os eventuais débitos somente são fixados por ocasião da liquidação da sentença, seja em execução provisória ou definitiva. Entendeu-se por bem, delimitar apenas os casos em execução, dos quais podem ter ideia de valor aproximado de condenação. Em vista disso, somente foram inseridos os casos de classificação provável, os quais realmente poderão ser desembolsados pela empresa.

(**) Em 27/11/2013, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013- 2º ITR) para possível (novembro/2013). Montante estimado em 31/03/2017: R\$ 8.138.

16. Receita diferida – ISS/IPTU

Notas Explicativas
SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017



(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

17. Capital social

	Quantidades em 31/03/2017			Valores	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	31/03/2017	31/12/2016
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(50.515)
	5.067.992	119.704	5.187.696	149.457	149.457
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	5.064.624	114.095	5.178.719	149.199	149.199

A empresa contava com 3.546 acionistas em 31/03/2017. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. O último preço cotado em negociação em 08/08/2017, em lote padrão, conforme o site www.bmfbovespa.com.br, foi de R\$ 91,00 para as ações ordinárias, R\$ 85,00 para as ações preferenciais “A”, R\$ 85,00 para as ações preferenciais “B”. O volume total negociado em 2017 até a referida data foi de R\$ 140 mil, para 1.751 ações, à média de R\$ 79,70 por ação.

Em 12/2016 a Prefeitura de São Paulo aportou R\$ 6.000 mil a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

18. Apresentação da Demonstração do Resultado do exercício (DRE) – Padrão Internacional de Contabilidade

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

31/03/2017

31/03/2016

Notas Explicativas

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)



Receita Operacional Bruta	21.079	39.690
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(941)	(3.314)
	20.138	36.376
Deduções da receita bruta	(2.212)	(859)
Receita Operacional Líquida	17.926	35.517

19. Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Pessoal	15.690	25.208
Autônomos	16	328
Utilidades e serviços	111	251
Honorários	180	35
Assessoria e consultoria	70	208
Manutenções e locações	293	739
Despesas gerais	341	969
Segurança	1.641	1.314
Limpeza e conservação	904	775
Material de consumo	495	422
Propaganda e publicidade	7	20
Impostos e taxas	205	199
Depreciação	901	1.314
Provisões (reversão)	1.177	(1.473)
	22.031	30.309

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

20. Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$ 522 mil (R\$ 398 mil no primeiro trimestre de 2016). Como pessoal chave entende-se os membros a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

21. Subvenções governamentais

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000 mil. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/03/2017 o montante de R\$ 5.337 mil, sendo aplicados R\$ 5.269 mil em obras em andamento.

Notas Explicativas
SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017



(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A vigência do termo é até 01/08/2017 com possibilidade de prorrogação. A política contábil adotada, no que diz respeito a ativos monetários, é o reconhecimento como receita nos períodos apropriados conforme CPC 007 (R1).

22. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2017	2016
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	94.400	94.400
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

23. Eventos subsequentes

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 14 de agosto de 2017, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias divulgou em seu site licitação na modalidade pregão eletrônico Nº 009/SMDP/2017, Processo 6071.2017/0000140-3, para realização em 27/07/2017, com critério de julgamento de menor preço, a contratação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda dos ativos mobiliários detidos pelo Município, correspondentes à totalidade das ações representativas do capital social da SÃO PAULO TURISMO S/A.

Em razão dos pedidos de esclarecimentos apresentados no curso deste procedimento licitatório, e dos esclarecimentos solicitados no bojo do Processo TC Nº 72.005.866/17-65, foi alterado o início da sessão pública de licitação para 20 de agosto de 2017, conforme publicado na página da Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, no link “SP Turis”, “Edital”.

24. Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no

Notas Explicativas
SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017



(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2017 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	16.348	16.348
Contas a receber e clientes	2.827	2.827
Impostos a recuperar	3.427	3.427
Outras contas a receber	281	281
Fornecedores	12.877	12.877
Obrigações tributárias	79.662	79.662
Empresas municipais	5.790	5.790

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Derivativos

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à característica do setor em que atua.

Notas Explicativas

SÃO PAULO TURISMO S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de março de 2017

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

25. Continuidade operacional da Companhia

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos momentâneos entre receitas e despesas normalmente tem sido suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista majoritário, bem como da redução drástica dos custos e despesas operacionais e do sucesso das medidas de reestruturação operacional, societária ou Administrativas do Município, para que os clientes cujas atividades tenham um ciclo operacional longo retornem o mais breve possível, diante da perspectiva mais definida de segurança para realização de seus eventos, e assim a empresa possa ocupar seus espaços maiores, que geram receitas com maior margem de contribuição.

Até a data do encerramento destas demonstrações financeiras, a Prefeitura de São Paulo havia efetuado os seguintes aportes de recursos financeiros a título de adiantamentos para futuro aumento de capital:

23/12/2016	6.000.000,00
27/04/2017	5.000.000,00
30/05/2017	2.700.000,00
28/06/2017	5.000.000,00
	<u>18.700.000,00</u>

26. Autorização de conclusão das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas
SÃO PAULO TURISMO S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)



Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Afonso Celso de Barros Santos, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 14 de agosto de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a demonstração financeira intermediária.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

SÃO PAULO TURISMO S/A

SÃO PAULO - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

A Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$ 15.262 no período de 31 de março de 2017 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 28.709, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito nas Notas Explicativas nrs 04 e 25, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A. foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, depende da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja esses dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado.

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria das Demonstrações financeiras de 31/12/2016

Os saldos do balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação no Ativo e Passivo das presentes ITR's de 31/03/2017, foram auditados na forma das NBC TA's, com nosso relatório em 27 de julho de 2017, esse relatório de auditoria sem modificação de opinião, contendo ênfase acerca do prejuízo do exercício no valor de R\$ 68.432. Expressando-se mediante o padrão do NRA preconizado na NBC TA 700, nos auditores incluímos o parágrafo dos "Principais Assuntos de Auditoria" sobre: Contas a receber, Valor recuperável (impairment) de imobilizado e Provisão para demandas judiciais e administrativas, atendendo ao modelo do Novo Relatório de Auditoria.

Blumenau (SC), 14 de agosto de 2017.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento os Diretores da SÃO PAULO TURISMO S/A, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 14 de agosto de 2017, relativamente às demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A, referente ao período findo em 31 de março de 2017.

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2017.

São Paulo, 14 de agosto de 2017.

DAVID BARIONI NETO

Diretor Presidente

AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

SERGIO LAZZARINI

Diretor de Infraestrutura

ANTONIO JOSÉ VIANA CAVALCANTE

Diretor Representante dos Empregados

ANTONIO EDUARDO COLTURATO

Diretor de Turismo

CARLOS ALBERTO PARENTE

Diretor de Marketing e Vendas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento os Diretores da SÃO PAULO TURISMO S/A, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 14 de agosto de 2017, relativamente às demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A, referente ao período findo em 31 de março de 2017.

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da SÃO PAULO TURISMO S/A relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2017.

São Paulo, 14 de agosto de 2017.

DAVID BARIONI NETO

Diretor Presidente

AFONSO CELSO DE BARROS SANTOS

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

SERGIO LAZZARINI

Diretor de Infraestrutura

ANTONIO JOSÉ VIANA CAVALCANTE

Diretor Representante dos Empregados

ANTONIO EDUARDO COLTURATO

Diretor de Turismo

CARLOS ALBERTO PARENTE

Diretor de Marketing e Vendas